

BC quer opções flexíveis

Arquivo

BRASÍLIA — O governo quer flexibilizar as operações de conversão de créditos da dívida externa em investimento. A idéia do Banco Central é permitir, segundo o diretor da área externa do BC, Carlos Eduardo de Freitas, que os bancos credores transfiram seus créditos a terceiro, para que estes façam o investimento no país. Pelas regras atuais, só o banco credor pode fazer a conversão, estando vedada a autorização para que venda seus créditos a uma empresa estrangeira.

Uma outra idéia defendida pelo Banco Central é a autorização para que o credor da dívida faça a conversão através da Bolsa de Valores, isto é, troque seu crédito por ações de empresas brasileiras. Segundo Freitas, o que se discute hoje, no Banco Central, em matéria de conversão, é fundamentalmente sob que condições se poderá permitir que os credores transfiram seus créditos para terceiros e também formas de se alterar a legislação para permitir a conversão dos créditos também na Bolsa de Valores.

Apesar da resistência do PMDB, que teme que essa flexibilização das operações da conversão do créditos da dívida em investimentos resulte na desnacionalização da economia, o Banco Central passou toda a semana trabalhando intensamente no projeto que Freitas acredita estar concluído "o mais breve possível".

Entusiasta da idéia da conversão da dívida em investimento, Freitas discorda das críticas de que estas operações resultariam na desnacionalização da economia. Ele acha que a conversão da dívida em investimento, longe de provocar a desnacionalização, irá aumentar os investimentos da empresa privada nacional.

— Sob determinadas condições, seria interessante a conversão de créditos da dívida externa para aumentar o investimento da empresa privada nacional e mesmo o investimento das empresas estrangeiras no país, o que resultaria em um aumento no nível de emprego e de salário — afirma.



Freitas descarta possível risco de desnacionalização

Para que isso ocorra, o governo precisa antes derrubar algumas barreiras. Os investimentos externos na Bolsa de Valores, por exemplo, só são permitidos, atualmente, para o chamado dinheiro novo, isto é, para investimentos novos. Essa operação está proibida para os créditos da dívida externa, que são considerados créditos de refinanciamento.

Na opinião de Freitas, se o governo permitir a conversão dos créditos da dívida em investimentos na Bolsa de Valores, as regras de distribuição para as remessas de dividendos ao exterior serão diferentes das regras de tributação para o investimento através de dinheiro novo.

Ao remeter dividendos ao exterior, o investidor estrangeiro na Bolsa de Valores paga apenas uma taxa de 15% de Imposto de Renda sobre o valor remetido. Já os créditos de conversão dos bancos credores terão, segundo Freitas, uma tributação de 25% sobre os dividendos remetidos, caso o governo aprove essa operação.